

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1631057 - SP
(2019/0269722-5)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : G L S A
**ADVOGADO : DANIEL FERNANDO PAZETO E OUTRO(S) -
SP226527**
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : FLAVIO OLIMPIO DE AZEVEDO - SP034248
**SÉRGIO HENRIQUE DE OLIVEIRA GOMES -
DF017844**
**RENATO OLÍMPIO SETTE DE AZEVEDO -
SP180737**
MILENA PIRÁGINE - SP178962
JULIANA PEREIRA DA SILVA - SP345500
**MARCOS PEREIRA DA SILVA E OUTRO(S) -
SP392315**

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRADO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DO AGRAVANTE.

1. Não examinada pela instância ordinária a matéria objeto do especial – apesar de opostos os embargos declaratórios pelo agravante –, incide, à espécie, o óbice disposto na Súmula 211/STJ, ante a ausência de prequestionamento.

1.1 Não há falar em prequestionamento ficto dada a não interposição do reclamo pela violação ao art. 1.022, do NCPC.

1.2. Esta Corte tem entendimento no sentido de que mesmo nas hipóteses de recurso especial interposto com fulcro na alínea c do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, é imprescindível o prequestionamento da matéria para viabilizar o acesso à instância extraordinária.

2. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi
Relator